É da Sua Conta - Transcrição

#86 Lula 3 e impostos: o que mudou - e para quem?

Música de abertura

Grazielle David: Oi, boas vindas ao É da sua conta, o podcast sobre como consertar a ec onomia para que ela funcione para todas as pessoas e o planeta. Eu sou a Grazielle David.

Daniela Stefano: E eu a Dani Stefano. O É da sua conta é uma produção da Tax Justice Network, Rede Internacional de Justiça Fiscal.

Música

Dão Real Pereira dos Santos: A Receita passou a se preparar, passou a criar estruturas especializadas de combate à fraude estruturada, passou a disponibilizar armas e treinar os colegas que realizam atividades mais ostensivas, como repressão ao contrabando e descaminho, e também o pessoal de fronteira.

Presidente Lula: Pela primeira vez, desde o inicio do imposto de renda, uma elite deixa de ter prioridade para dar lugar a maioria

Grazi: O que o governo Lula 3 fez pela tributação? Quais condições de trabalho ofereceu para heróis e heroínas invisíveis? Estas perguntas serão respondidas no episódio 86 do É da Sua Conta.

Música

Gustavo Gayer: Dia primeiro de janeiro entra em prática a nova reforma tributária e algumas mudanças que o Lula preparou pro governo brasileiro e pra arrancar mais impostos da população.

Grazi: Este é o Gustavo Gayer. Ele é deputado federal pelo estado de Goiás, e um dos principais defensores do ex-presidente Jair Bolsonaro. Esse vídeo repercutiu durante o segundo turno da campanha eleitoral para a presidência no Brasil, em outubro de 2026, na qual Lula concorria com Flavio Bolsonaro.

Gayer: primeiro de janeiro vamos ter seis novos impostos que vão entrar na sua vida diretamente. O primeiro deles CBS, vai ter a junção do PIS e Cofins, só que aí, eles não definiram ainda o valor que vai ser essa alíquota, que pode ser entra 30%, 35%, 28%, curiosamente deixaram pra decidir isso depois da eleição.

Dani: Primeiro confesso que não estou em mídias sociais e é a primeira vez que estou ouvindo esse Gayer. Mas entendi que ele é a fonte de informações de um motorista de carro de aplicativos e de uma dona de livraria com quem conversei recentemente. O que me surpreendeu é que, por um lado, a população fala sobre impostos, mas por outro, se informa muito mal sobre a reforma tributária no Brasil!

Grazi: Pois é Dani. E durante a campanha eleitoral para a presidência do Brasil, outras fake news, como que o Lula havia criado 35 novos impostos caíram na boca do povo.No governo Lula 3, foi aprovada SIM a reforma da tributação sobre o consumo. Mas ela substitutui cinco impostos por 2 e cria o Imposto Seletivo, que é um imposto sobre produtos que fazem mal à saúde e ao meio ambiente, com objetivo de desestimular o consumo. A regulamentação dessa reforma sobre o consumo está em andamento.

Dani: A questão central é que mesmo com essa reforma o sistema tributário brasileiro continua injusto: ou seja, os impostos sobre o consumo seguirão altos, representando cerca de 60% dos impostos. Isso faz com que a população de baixa renda contribua mais do que os ricos, proporcionalmente ao que ganham.

Paulo Gil: Na verdade, o sistema é regressivo porque os ricos deixaram de pagar impostos.

Grazi: Esse é o Paulo Gil Holck, presidente do Instituto de Justiça Fiscal. A Constituição Brasileira prevê um estado de bem estar social. E o Brasil caminhava pra isso até que em 1995, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, houve uma reforma tributária às avessas.

Paulo Gil: Foi quando houve a isenção de lucros e dividendos e a criação da permissão de deduzir juros sobre capital próprio, nós desoneramos completamente os ricos do pagamento de impostos.

Dani: Entre 1995 e 1999, no mesmo período em que ricos passaram a pagar menos imposto sobre a renda, o executivo com apoio do legislativo aumentou o imposto sobre o consumo. Com isso, os ricos passaram a contribuir proporcionalmente com menos e os mais pobres com mais.

Paulo Gil: A partir daí, começou uma compensação, reduzem-se as alíquotas do imposto de renda da pessoa física, se desoneram os lucros. Na sequência da desoneração tributária dos lucros e dividendos, houve o

congelamento da tabela do imposto de renda nos anos seguintes: 1996, 1997 e 1998. Então por esses dois movimentos, a carga tributária sobre o consumo aumentou.

Grazi: É interessante agora na fase da implementação das alíquotas do Imposto de Valor Agregado, surgir a "preocupação" do mercado financeiro, da Confederação Nacional do Comércio e de associações de direito tributário de que a "alíquota sobre o consumo será a mais alta do mundo". Sergio Gobetti, economista e pesquisador do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

Sergio: A surpresa ou indignação, e reflete a falta de transparência que a gente tem no nosso modelo tributário atual. Porque você está diferente do resto do mundo, que tem um IVA, uma alíquota explícita. Aqui nós temos vários tributos segmentados. Nós temos uma carga tributária padrão, uma alíquota de referência no modelo tributário atual, que é superior a 34%. Só que ninguém vê.

Dani: Ninguém vê porque aqui no Brasil, a tributação do consumo era diluída em vários tributos que não apareciam na nota fiscal, nem sabíamos qual era o valor arrecadado que ficava com município, estado ou União. E como não tínhamos essa informação, não sabíamos que já pagávamos tudo isso de imposto ao comprar um produto. Em diversos países no mundo, quando se compra um produto, na nota fiscal já aparece o valor do produto e o do imposto. Com a reforma tributária sobre o consumo no Brasil, vamos continuar pagando o que já pagávamos de impostos.

Sergio: A alíquota atual é 34%, mas obviamente não é todo mundo que paga 34%. Como no nosso novo modelo, talvez a nossa alíquota total chegue em 30, mas não é todo mundo que vai estar pagando. O cálculo que a gente faz é que se a gente não tivesse exceção nenhuma, se todo mundo pagasse a mesma coisa e a gente tratasse de fazer a desoneração simplesmente pelo cashback, devolvendo o imposto só para os mais pobres, a nossa alíquota seria de 22%

Grazi: Imagine um prédio em que todos os apartamentos dividem as despesas do condomínio. Alguns moradores passam a ter descontos ou ficam dispensados de pagar, mas os custos do prédio continuam os mesmos. Para manter tudo funcionando, aqueles moradores que pagam precisam contribuir com mais.

Dani: E algo parecido acontece com o IVA: quanto mais setores recebem isenções e benefícios tributários, maior precisa ser a alíquota cobrada dos demais para garantir a mesma arrecadação.

Grazi: E há uma questão distributiva importante: quando os benefícios favorecem setores com maior poder econômico, sem especificar produtos que realmente são direcionados às populações de renda baixa e média, como é o caso do setor de alimentos ou agropecuário, o custo pode acabar recaindo sobre o consumo de toda a população, inclusive das famílias de menor renda.

Dani: Quando essa reforma tributária estava sendo discutida, alguns especialistas defendiam que não houvesse nenhuma desoneração e, com isso, garantiriam uma alíquota mais baixa ao IVA. A única coisa que deveria ter, segundo estes especialistas, era o cashback para as famílias de menor renda. O cashback foi criado para favorecer a população de baixa renda. Com a reforma tributária, serão devolvidos de 20% a 100% da Contribuição sobre Bens e Serviços da União e 20% do Imposto sobre Bens e Serviços dos Estados e Municípios para famílias inscritas no CadÚnico, que é o sistema do Governo Federal que identifica e registra informações socioeconômicas de famílias de baixa renda no Brasil, e serve como porta de entrada para benefícios. A devolução é automática, vinculada ao documento fiscal individual brasileiro, chamado CPF, e incide principalmente sobre itens essenciais como energia, água, gás e telecomunicações.

Sergio: Então essa também é uma inovação em relação ao modelo antigo de desoneração.

Grazi: Existem algumas reduções de impostos que parecem justas. É o caso da desoneração dos produtos que compõem a cesta básica de alimentos e para medicamentos. A questão é que quando você isenta um setor inteiro sem olhar para produtos específicos podem aparecer algumas injustiças aí. Vamos olhar para o setor de alimentos, para carnes. E aí até o filet mignon que só pessoas de alta renda podem comprar, ficou isen to. E terão o privilégio de pagar menos por esse corte de carne que pessoas de renda mais baixa dificilmente conseguirão pagar, mesmo que o produto esteja zerado de impostos.

Dani: Sérgio, como você avalia a reforma sobre a tributação do consumo?

Sergio: ela ficou aquém do desejável porque a gente teve muitas exceções, muitos setores que barganharam e lograram no Congresso ter um tratamento tributário diferenciado. Mas ainda assim, eu creio que nós vamos ter um sistema mais uniforme, mais homogêneo, mais eficiente e mais justo. E ela aprimora a justiça federativa.

Grazi: Justiça federativa está relacionada à mudança da tributação da origem, ou seja, no local onde estão as empresas, que podem estar em zonas de baixa de tributação, como a Zona Franca de Manaus, para o destino, onde estão os consumidores. Isso pode promover uma melhor distribuição de arrecadação entre estados e municípios.

Sergio: Então, a mudança da tributação por destino, ou seja, o imposto ficando nas mãos do local onde as pessoas vivem, onde as pessoas consomem, ela vai reduzir substancialmente essa desigualdade na distribuição de receita entre os entes federados. Eu acho que isso é muito importante porque lá na ponta, as prefeituras, os municípios, são os estados que prestam serviço de saúde, educação para a população.

Dani: E por falar em melhor distribuição, desde a tramitação da proposta da reforma tributária sobre o consumo, os setores que defendem a justiça fiscal já pediam que houvesse previsão constitucional de redistribuição da contribuição tributária para reduzir o imposto sobre consumo e aumentar a tributação da renda e patrimônio.

Grazi: Mas governo e parlamentares respondiam que era pra ter calma. Que a reforma tributária sobre o consumo era só a primeira.

Dani: Depois veio uma mini reforma tributária do Imposto de Renda Pessoa Física. Ela entrou em vigor em 2026 e trouxe isenção total para quem ganha até cinco mil reais por mês e uma redução gradual do imposto para rendas entre cinco e 7 mil 350 reais. Com isso, cerca de 25 milhões de contribuintes serão beneficiados.

Grazi: Já aqueles com renda acima de 100 mil reais por mês pagarão pelo menos 10% de imposto de renda. Quem tem renda entre 50 e 100 mil reais por mês terá uma cobrança progressiva dependendo da composição de rendimentos. Um dos pontos centrais do projeto é a inclusão da tributação de dividendos, ou seja, aquela parte dos lucros que a empresa distribui aos sócios ou acionistas.Os dividendos passam a ser taxados em 10% quando ultrapassam 50 mil mensais, independente da origem, incluindo valores enviados ao exterior.

Dani: A tributação de lucros e dividendos compensa a isenção para quem ganha até 5 mil por mês?Paulo Gil, presidente do Instituto de Justiça Fiscal:

Paulo Gil: Sim, sem dúvida. É ótima. Não só ótima: é emblemática. Ela reverte um movimento de desoneração das rendas do capital. Agora, se avançou um pouco, mas o filé-mignon ficou de fora: os lucros recebidos via juros sobre capital próprio

Grazi: O filé-mignon, ou seja, o juros sobre capital próprio, é, na verdade, o lucro! O dono da empresa distribui o lucro para si mesmo e chama de juros sobre capital próprio.

Paulo Gil: É uma distribuição calculada de acordo com o patrimônio líquido da pessoa jurídica. Quem tem maior patrimônio líquido? Os bancos, as siderúrgicas. Então essas empresas muito capitalizadas optam por fazer a distribuição via juros de capital próprio. O Juro de capital próprio é lucro. É uma parcela deduzida das receitas como se fosse uma despesa financeira — uma despesa fictícia. Ao deduzir essa parcela, que corresponde ao lucro distribuído, a empresa economiza o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido que pagaria sobre ela. É um benefício fiscal esdrúxulo, injustificado e de valor gigantesco.

Dani: O benefício continua, mas em 2023, o governo adotou medidas que limitaram a base de cálculo e vedaram as estruturas que permitiam maiores deduções no lucro que leva nome de juros.

Grazi: A tributação dos fundos fechados e fundos offshore foram outros dois projetos aprovados pelo Congresso articulados pelo governo Lula e que o presidente do Sindifisco Nacional, Dão Real, destaca por serem medidas que tributam mais aqueles que ganham mais.

Dão Real: A única coisa que foi feita foi dizer o seguinte: ao fundo fechado vai se dar o tratamento que se dá ao fundo aberto. Ele vai estar sujeito a come cotas. Ou seja, a cada período se calcula o ganho e cobra o tributo.

Dani: Em novembro de 2023 o governo estabeleceu uma tributação para esses dois fundos: cobrança de 15% no Imposto de Renda nos fundos de longo prazo, ou de 20% nos fundos de até um ano.
Grazi: Para começar um fundo exclusivo, o investidor precisa ter 10 milhões de reais. E antes dessa medida só pagava imposto sobre os lucros quando retirava a aplicação. E raramente ele retirava. Já no fundo aberto, o investidor já contribuia com tributos sobre os lucros a cada seis meses. Já no fundo offshore, aquele dinheiro que vai para o esconderijo fiscal também passou a ser tributado quando a aplicação gera ganhos, mesmo que eles não sejam retirados.
Dani: E em 2024 foi adotada uma cobrança mínima de 15% sobre os lucros de multinacionais que operam no Brasil e possuem faturamento anual igual ou superior a 750 milhões de euros.
Grazi: Em 2025 a mini reforma continuou: O governo acabou com a isenção de Imposto de Renda em títulos incentivados, que são aqueles que recebem isenção para incentivar que façam investimentos neles. Alguns exemplos são Letras de Créditos Imobiliários, Letras de Crédito do Agronegócio, Certificados de Recebíveis Imobiliários e Certificado de Recebíveis do Agronegócio.
Dani: Diversos estudos mostram que a isenção fiscal não é o fator mais importante para se investir nesses tiítulos. E muitos desses incentivos fiscais são ineficientes. Para os títulos incentivados, foi estabelecida a cobrança de uma alíquota de 5% no Imposto de renda.
Grazi: Outra medida foi subir de 9 para 15% a cobrança na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de empresas de seguros privados e instituições financeiras. Esse é um tipo de imposto sobre a renda das empresas.
Dani: Paulo Gil Holck, presidente do Instituto de Justiça Fiscal, acredita que essa mini-reforma da tributação da renda não torna possível reduzir a injustiça dos impostos sobre consumo
Paulo Gil: Acho difícil reduzi-la, porque a tributação sobre a renda, na verdade, serviu para fazer algum ajuste fiscal nos termos do arcabouço — sem cortar gastos, mas sem trazer mais prejuízo para a população. Então, ainda está pendente uma tributação da renda. Essa é a questão. A gente precisa estruturar o Estado de bem-estar social.
Grazi: E você, Sergio Gobetti, qual é a sua avaliação dessa mini reforma do imposto de renda pessoa física?
Sergio: Eu acho que houve um avanço com a aprovação dessa mini-reforma no final do ano passado, mas acho que ainda foi um avanço bastante tímido. E nesse ano mesmo, nós estamos vendo que a proposta aprovada tem as suas limitações, a arrecadação. O imposto de renda sobre dividendos está sendo bastante limitada.
Dani: Se o que foi feito no governo Lula 3, ainda é bastante limitado, como seria uma reforma da tributação de renda mais ampla?
Sergio: Quando eu falo de uma reforma mais ampla, a gente tem que olhar para o resto do mundo, o que os outros países têm de modelo, idealmente fazendo aquilo que eu chamo que é uma integração entre a tributação da renda da pessoa física com a pessoa jurídica também.
Grazi: E o que precisa ser feito para melhorar a tributação no Brasil será o tema do episódio de janeiro de 2027 do É Da Sua Conta, que vai trazer as análises de Sergio Gobetti, Paulo Gil e Dão Real sobre as medidas tributárias que precisam acontecer no governo Lula 4 em busca da justiça fiscal.
música
Dani: E pra além da mini-reforma na tributação da renda, houve também uma medida para arrecadar melhor de grandes contribuintes que devem muito. Muitas vezes empresas ou pessoas super ricas usam o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, o CARF, para contestar cobranças de impostos. Como o processo pode levar anos e podem até ter a dívida renegociada, adiam o pagamento dos tributos e investem esses recursos em outras aplicações.
Grazi: O episódio 40 do É da Sua Conta explica tudo sobre o CARF. Mas para resumir, ele é um tribunal que julga, em segunda instância, as demandas dos contribuintes contra a autuação da Receita Federal. Ele é

utilizado geralmente por grandes contribuintes que, se forem condenados, devem devolver milhões aos cofres públicos.

Dani: Metade dos julgadores do CARF são indicados por entidades empresariais, a outra metade pela Receita Federal. Quando uma demanda terminava empatada, o voto de qualidade era dado por um representante do Ministério da Fazenda. Mas o governo Bolsonaro mudou isso e quando terminava empatado, a decisão passava a ser favorável ao devedor. O governo Lula 3 devolveu o voto de qualidade ao CARF.

Grazi: Dão Real, presidente do Sindifisco Nacional, conta os bastidores de como o voto de qualidade foi recuperado. Essa foi a primeira medida tributária realizada pelo Governo Lula 3.

Dão Real: Durante o período de transição do governo, nós trabalhamos intensamente com a equipe do ministro Haddad no sentido de tentar encontrar uma forma de recuperar o voto de qualidade A í o ministro Haddad foi sensível a essa pauta. Imediatamente após a posse do governo Lula, apresentou uma medida provisória, essa medida provisória foi substituída por um projeto de lei, porque houve muita pressão contra a recuperação do voto de qualidade eram advogados, eram do empresariado, enfim, porque viam na perda de voto de qualidade uma facilitação, eles poderiam fazer seus planejamentos tributários, que eles teriam a garantia de sucesso no CARF. Mas felizmente e a um preço realmente muito elevado, o voto de qualidade foi recuperado.

Dani: A um preço realmente muito elevado porque o setor empresarial aceitou a volta do voto de qualidade, mas agora sempre que uma decisão for desfavorável ao contribuinte, ele não vai precisar mais pagar as multas.

Música festiva

Grazi: E virou tradição no É da sua conta no último episódio do ano. Desde 2022 o podcast homenageia heróinas e heróis invisíveis que promovem a justiça fiscal

Dani: O presidente do Sindifisco Nacional, Dão Real, faz um balanço das condições de trabalho de auditoras e auditores fiscais durante o governo Lula 3. Pra começar, houve um aperfeiçoamento da Receita Federal e um tratamento diferenciado aos contribuintes:

Dão Real: primeiro é valorizar o bom contribuinte. Aquele que cumpre em dia com as suas obrigações, ou seja, vai ter um tratamento um pouco mais privilegiado pela administração tributária do que aqueles contribuintes que utilizam a tributação para fazer fraudes.

Ministro Haddad fala que pretendem transformar em pernamente a ação da inteligência da Receita Federal contar o Crime

Grazi: Esse é o ex-ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciando que pretende transformar em permanente a ação da inteligência da Receita Federal no combate a fraudes estruturadas

Dão Real: E foi dessa especialização que decorreram operações importantes que ganharam a mídia. A principal delas foi a Operação Carbono Oculto. A Operação Carbono Oculto foi gerada dentro da Receita Federal, ela foi protagonizada dentro da Receita Federal.

Dani: As megaoperações da Receita Federal foram tema do episódio #80 do É da Sua Conta

Dão Real: E a Operação Carbono Oculto identificou a utilização de um elo comum para todas as empresas, que eram as fintechs. Ou seja, essas instituições financeiras que operavam até a Operação Carbono Oculto numa espécie de opacidade. Elas não estavam sujeitas ao mesmo nível de controle que estão sujeitas às instituições financeiras. E se identificou que várias fintechs operavam quase que exclusivamente para facções criminosas E essas fintechs inclusive foram fechadas, os recursos foram apreendidos.

Grazi: Com o governo Lula 3, servidoras e servidores públicos conseguiram respirar: tiveram canais de diálogo e negociação restabelecidos, reajustes foram retomados e a importância do trabalho deles e delas para o funcionamento do Estado foi novamente reconhecido. Dão, como foi o governo Lula 3 para nossos heróis e heroínas invisíveis?

Dão Real: Realmente, no governo Lula, se restabeleceu algo que deveria ser obrigação, abrir mesa de negociações. Já ofereceu um reajuste de 9%. para todos os servidores públicos Aliás, somente nos governos

1 e 2, Lula e Dilma 1 e 2, e também no governo Lula 3, é que se respeitou a necessidade de fazer diálogo com os servidores públicos, de abrir mesa formal de negociações. E depois abriu as mesas de negociações para a discussão das pautas específicas de cada categoria. Para os auditores fiscais, foi um período extremamente importante porque nós conseguimos regulamentar uma parcela variável da nossa remuneração que estava congelada desde 2016 e conseguimos regulamentar isso no início de 2024. Os auditores fiscais conseguiram a regulamentação do bônus e no final de 2024 e início de 2025 conseguimos também incorporar um reajuste no vencimento básico e também a correção uma distorção que há entre ativos e aposentados, uma melhora na condição dos aposentados. De tal forma que nós, auditores fiscais, conseguimos um reajuste acima dos 24%, que foi a média concedida para todos os servidores públicos.

Ministro Haddad fala que pelo equilíbrio fiscal e justiça social os ricos precisam voltar a pagar impostos

Dão Real: No governo Lula 3 a Receita Federal passou a ter um protagonismo muito forte. O o próprio ministro Haddad dizia que o ajuste fiscal e o equilíbrio fiscal eram importantes, mas que o equilíbrio fiscal deveria ser pela potencialização das receitas. E isso, coloca em primeiro plano o fortalecimento da máquina arrecadadora, da máquina fiscal que é representada pelos auditores fiscais e as auditoras fiscais da Receita Federal.

Dani: Durante o governo Bolsonaro, heróis e heroínas invisíveis se mobilizaram e apresentaram uma pauta extensa. A única reivindicação atendida em 2022 foi a abertura de um edital para concurso público para a contratação de mais auditores e auditoras fiscais. O governo Lula implementou a realização do concurso em 2023 e quase 600 novos auditores e auditoras entraram na Receita Federal entre 2024 e 2025. O concurso anterior havia sido só em 2014. De lá pra cá, a Receita Federal perdeu muitos profissionais.

Dão Real: Em 2014, nós éramos aproximadamente 12 mil auditores fiscais em atividade. Chegamos em 2023 com aproximadamente 7 mil auditores em atividade. A cada ano mais de 300 auditores se aposentam. Nós temos uma quantidade muito grande de auditores em condições de se aposentar. É o meu caso, por exemplo em torno de 20% de auditores fiscais já podem pedir aposentadoria imediatamente, 40% vão se aposentar nos próximos anos. Então realmente o problema mais crucial que eu diria para a Receita Federal e que foi parcialmente amenizado no governo Lula 3 é a falta de efetivos.

Grazi: Faltam profissionais, mas as demandas da Receita Federal aumentaram

Dão Real: O controle aduaneiro significa que nós precisamos ter gente em todos os pontos de fronteira onde passam mercadorias e pessoas. E são centenas de postos de fronteira onde eu tenho que ter auditores fiscais e outros servidores para controlar o fluxo de mercadorias, bens e serviços que passam por ali. Da mesma forma, nós temos que fiscalizar toda a tributação interna, imposto de renda, fazendo auditorias em grandes empresas, em multinacionais, controlar toda a malha fiscal, que é o imposto de renda da pessoa física, a fiscalização das pessoas físicas, o controle dos créditos tributários, que demanda também uma quantidade muito grande de servidores, e também o julgamento dos processos administrativos. Ou seja, nós somos lançadores de tributos, controladores de fluxo de comércio internacional e Juízes dos processos do contencioso, dos litígios, resolver os litígios.

Dani: O governo Lula 3 não conseguiu resolver a falta de pessoal.

Dão Real: Isso, de certa forma, demonstra um descaso acumulado. Porque a aduana é o sistema de proteção, é o que protege o trabalhador interno, é o que protege a economia doméstica, é o que protege a produção doméstica, protege a biodiversidade, protege a saúde. Então, a gente está realmente com uma defasagem muito grande de servidores e precisamos recompor os quadros.

Grazi: Além da falta de pessoal, o trabalho de auditores e auditoras continua arriscado.

Dão Real: A atividade de fiscalização contraria interesses. E muitas vezes são interesses poderosos, setores econômicos poderosos, setores financeiros poderosos e também setores do crime. Então, muitas vezes, o auditor fiscal, quando inicia um trabalho, talvez ele nem se dê conta do risco que ele está enfrentando, porque ele não consegue perceber no início da fiscalização todas as ramificações que estão em torno daquele negócio.

Dani: Houve avanços na estrutura da Receita Federal

Dão Real: A Receita passou a se preparar, passou a criar estruturas especializadas de combate à fraude estruturada, passou a disponibilizar armas e treinar os colegas que realizam atividades mais ostensivas, como repressão ao contrabando e descaminho, e também o pessoal de fronteira.

Dani: Mas ainda falta a proteção efetiva para auditores e auditoras que sofrem qualquer tipo de tentativa de intimidação:

Dão Real: E quem garante a segurança dos colegas que sofreram atentados? E quem garante a segurança dos colegas que se sentem ameaçados por mensagens que ameaçam a família? O sindicato que está bancando esse tipo de segurança não é a instituição. Isso deveria ser uma atribuição institucional, o Estado deve proteger seus servidores sempre que o servidor público, atuando em nome do Estado, se sente ameaçado. Isto exige que a Receita Federal estruture um setor específico que garanta proteção a todo e qualquer auditor fiscal que, por exercer sua atividade nos termos do que manda a lei, por representar o Estado naquilo que interessa ao Estado sofra ameaças ou sofra algum atentado é a instituição que deveria dar esse atendimento.

BG encerramento

Grazi: O governo Lula 3 deu passos importantes para corrigir injustiças históricas do sistema tributário brasileiro. Buscou promover maior transparência e eficiência à tributação do consumo. Voltou a tributar parte das rendas do capital e ampliou a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais por mês. Fortaleceu a capacidade de fiscalização do Estado e as condições de trabalho de auditores fiscais. Mas os avanços também revelam os limites das possibilidades políticas: enquanto setores econômicos mais poderosos continuam conquistando privilégios e exceções, a maior parte da população segue sustentando uma parcela desproporcional da arrecadação por meio do imposto sobre o consumo. Justiça fiscal é arrecadar melhor, mas também redistribuir poder, renda e riqueza; financiar direitos e transformar a economia para que ela funcione para todas as pessoas e o planeta.

Sobe música É da sua Conta

Grazi: O É da Sua Conta é coordenado por Naomi Fowler. Produção de Daniela Stefano e minha, Grazielle David. Um abraço, feliz natal, um ótimo 2027 pra você com muita justiça fiscal :) e até o próximo.

Dani: O próximo será a parte 2 deste episódio sobre tributação no Brasil. O que o governo Lula 4 pode fazer e quais são as propostas concretas para seguir ampliando a justiça fiscal. Se você quiser apoiar o movimento por justiça fiscal e colaborar com a Tax Justice Network, visite www.taxjustice.net e clique em “doar”, ou DONATE em inglês, no canto direito superior do site. Um abraço a você que nos ouviu até aqui, desejando boas festas e uma excelente entrada de ano e até janeiro de 2027.